

**Lúcia Vânia lamenta
agressão a 50 milhões de
crianças em todo o mundo**

Página 7

**Presidentes da Coréia do
Sul e do Vietnã visitam o
Congresso Nacional**

Página 2

**Suassuna envia à CPI do
Banestado informações
sobre contas bancárias**

Página 7

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 2.049 – Brasília, quarta-feira, 17 de novembro de 2004

Educação limita prazo para revalidar diplomas

A Comissão de Educação aprovou projeto que limita em quatro meses prazo para que as universidades públicas se pronunciem sobre a validade de diplomas de graduação obtidos no

Página 6

Hélio Costa quer ouvir Alencar sobre acordo com os EUA

O presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, Hélio Costa, formulará convite ao ministro da Defesa, José Alencar, para que fale sobre acordo de salvaguardas para utilização da base de Alcântara.

Página 6

Plenário aprova emendas à reforma do Judiciário

O Plenário acolheu ontem 13 emendas à proposta que visa dar mais agilidade à Justiça brasileira. A decisão sobre os pontos restantes ficou para hoje, quando poderá ser concluída a votação em primeiro turno

Página 3 e 4



Roosevelt Pinheiro

AVANÇO Os senadores iniciaram ontem a votação dos destaques à reforma do Judiciário, que tem como relator o senador José Jorge (gesticulando, ao centro)



José Cruz

Projeto das parcerias deve ser votado amanhã pela CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos examina amanhã o projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs). A líder do PT, Ideli Salvatti, apelou para que a proposta seja votada em Plenário ainda esta semana.

Página 5

DECISÃO Ramez Tebet (E), presidente da CAE, anuncia decisão de examinar projeto das PPPs em reunião extraordinária

Líderes fixam votação do Orçamento para 23 de dezembro

Os líderes dos partidos políticos representados na Comissão de Orçamento fixaram ontem calendário para exame da proposta orçamentária de 2005. Parlamentares terão prazo até o dia 23 de novembro para apresentar emendas.

Página 4

Sindicatos de Rondônia pedem votação de PEC

■ Proposta de Fátima Cleide transfere servidores públicos do ex-território para os quadros da União

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a senadora Fátima Cleide (PT-RO), que, acompanhada de representantes de vários sindicatos do seu estado, pediu pressa na votação da proposta que transfere para os quadros da União

os servidores rondonienses, contratados nos dez primeiros anos de constituição do estado de Rondônia (PEC 87/03).

– Esse é um débito que a União tem com nosso estado. Nós abraçamos essa causa e o presidente Sarney se mostrou disposto a contribuir para o atendimento do pleito, que é de toda a população do estado de Rondônia – disse a senadora, que é autora da proposta.

No caso de outros ex-territórios federais, como o Amapá e Roraima, a questão já foi resol-

vida, explicou a parlamentar.

A PEC assegura aos integrantes da carreira policial-militar do ex-território de Rondônia que prestavam serviço na data que foi transformado em estado (1981), bem como aos servidores públicos custeados pela União até 31 de dezembro 1991, os direitos e vantagens a eles inerentes. A proposta, que aguarda inclusão na ordem do dia, também determina que os servidores continuarão prestando serviço ao estado na condição de cedidos.

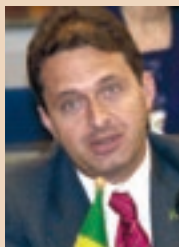


VISITA Ao lado de Fátima Cleide (E), Sarney ouve pedido de apoio de rondonienses

Gercido Magela

Agenda

Educação ouve ministro Eduardo Campos



O ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, participa de reunião hoje na Comissão de Educação (CE), às 10h.

Eduardo Campos vai apresentar as prioridades orçamentárias da sua pasta para o exercício de 2005. Outros três ministros já compareceram ao Senado para falar sobre o mesmo tema.

Reforma do Judiciário continua a ser votada hoje

O Plenário continua hoje, às 10h, a votação dos destaques apresentados pelos senadores à reforma do Judiciário, que teve o texto básico aprovado no início do ano. Consta ainda na pauta proposta (PEC 29/02) que prorroga a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).



Recursos do FAT para estágios em universidades

Projeto em exame pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje às 10h, estabelece que recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) possam ser usados para financiamento de estágios em empresas e universidades (PLS 177/02). A CAS analisa ainda proposta que permite a retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes pelo Sistema Único de Saúde (PLS 126/02).

Presidentes visitam o Congresso Nacional



Hoje, os presidentes da Coreia do Sul, Roh Moo-Hyun, e do Vietnã, Tran Duc Luong, visitam o Congresso Nacional. Eles serão recepcionados pelo presidente do Senado, José Sarney, no Salão Nobre da Casa. O presidente coreano será recebido às 9h15, e o vietnamita, às 16h.

Sarney recebe os presidentes da Coreia do Sul e do Vietnã

Os presidentes da Coreia do Sul, Roh Moo-Hyun, e do Vietnã, Tran Duc Luong, visitam oficialmente o Congresso Nacional hoje. O presidente do Senado, José Sarney, vai receber Roh Moo-Hyun, às 9h15, no Salão Nobre e, no período da tarde, a partir das 16h, será a vez de Tran Duc Luong receber os cumprimentos do senador, no mesmo local.

Além da visita ao Senado, o presidente da Coreia do Sul também deverá ser recepcionado pelo presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha.

Oiapoque

Sarney recebeu ontem a secretária de Turismo do Amapá, Fátima Paelas, que veio pedir ajuda para o desenvolvimento turístico do Oiapoque, município do estado.

Na audiência com o presidente do Senado, Fátima Paelas estava acompanhada da presidente da Associação Comercial do Oiapoque, Maria das Dores Nobre Lamarão, e do vice-presidente, Firmino Bispo Martins.

Maria das Dores disse que o objetivo da visita foi pedir apoio a Sarney para o aprimoramento da estrutura turística do município de Oiapoque, para que possa receber visitantes. Segundo ela, os turistas que vão a Guiana poderiam ter no município a porta de entrada para o Brasil, mas a estrutura turística do local ainda é precária. A presidente da Associação Comercial do Oiapoque informou que Sarney prometeu apoiar o pleito.

Subcomissão sobre Operação Pororoca

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se hoje, às 11h30, para analisar avisos do TCU sobre auditorias. Às 11h45, será instalada, no âmbito da CFC, uma subcomissão para acompanhar investigações da Operação Pororoca, que examina irregularidades em licitações.

Cadastro de desaparecidos na pauta da CCJ

Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, está o projeto criando o Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (PLS 214/04). A CCJ se reúne novamente amanhã para votar o projeto das PPPs (PLC 10/04).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

fotos: Moreira Mariz



AVANÇO Serys destaca que essa é uma das formas de combater a discriminação, além de respeitar as diferenças de gênero

Senado acata linguagem inclusiva no tratamento entre homens e mulheres

O Senado aprovou ontem por unanimidade o substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ao projeto de lei da Câmara (PLC 102/02) que torna obrigatório o uso da linguagem inclusiva para tratamento igualitário entre homens e mulheres na legislação e documentos oficiais. O projeto volta ao exame dos deputados. De acordo com a proposta, será obrigatória a referência à mulher todas as vezes em que o substantivo “homem” for empregado para designar ambos os sexos.

Para a senadora, a linguagem inclusiva respeita as diferenças de gênero e é uma das formas de combater a discriminação contra a mulher. Ela considera que o momento é oportuno para que o país realize uma “faxina” em toda a legislação para retirar os termos discriminatórios.

Expressões como “mulher honesta”, constante do Código Penal, explicou a senadora, servem para manter atitudes machistas e de discriminação contra as mulheres.

PEC que obriga ida do presidente à abertura de sessão pode ser votada hoje

A proposta de emenda à Constituição (PEC 64/99) que obriga o comparecimento do presidente da República na abertura da sessão legislativa pode ser votada hoje. Outras três propostas avançaram a tramitação ontem. Uma delas (PEC 29/02) amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) de 2006 para 2016.

A segunda é a PEC (1/03) que obriga o pagamento em espécie das obrigações devidas pelo poder público aos idosos. Houve ainda a terceira sessão de discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional (57/03) que institui o Plano Nacional de Cultura.

Aprovação de destaques muda pontos da reforma do Judiciário

■ Votação da proposta em primeiro turno, pelos senadores, poderá ser concluída hoje, na sessão marcada para as 10h

O Plenário aprovou ontem 13 emendas destacadas ao parecer favorável à proposta de reforma do Poder Judiciário, elaborado pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE). Entre as mudanças, está a que permite às entidades de direito público se submeterem ao juízo arbitral.

A pedido do senador Demostenes Torres (PFL-GO), que temia a queda do quórum para votação, a decisão sobre os demais destaques – com parecer contrário do relator – foi adiada para a sessão de hoje, que terá início às 10h. Ao todo, foram apresentados 165 destaques, mas muitos tratam do mesmo assunto.

Antes da votação, o presidente do Senado, José Sarney, determinou que cada senador falaria de uma só vez sobre todos os destaques que apresentou. Demostenes contra-argumentou, no entanto, observando que reunião de lideranças com o relator estabeleceu que apenas 42 destaques seriam vota-



DELIBERAÇÃO Discussão sobre as emendas destacadas com o objetivo de alterar o parecer sobre a proposta de emenda constitucional marcou os trabalhos do Plenário na tarde de ontem

dos, com os demais sendo rejeitados em bloco. Tal entendimento, endossado por José Jorge, acabou prevalecendo.

O relator da reforma do Judiciário explicou que os destaques mais polêmicos, na maioria com parecer contrário, deverão ser votados nominalmente, devido aos interesses em disputa. Ele pediu aos senadores que o procurem

para incluir algum destaque na relação dos que serão votados nominalmente.

– Com parecer contrário, esses destaques dificilmente terão os 49 votos necessários para mudar o texto. Mas, para marcar posição e discutir o tema, é interessante que algum senador traga seu destaque – sugeriu o parlamentar pernambucano.

Emenda estende juízo arbitral a entidades públicas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) é o autor do destaque (DVS 935), que suprime a proibição de que as entidades de direito público possam se valer do juízo arbitral, em lugar de uma decisão judicial, geralmente mais demorada. Para o relator da reforma do Judiciário, senador José Jorge, a arbitragem é um importante instrumento para litígios sobre direitos patrimoniais. Ele lembrou que o instituto ficará adstrito à forma estabelecida em lei, fator que, a seu ver, evita riscos a essas entidades.

Ao defender o destaque, o senador Marco Maciel (PFL-PE) observou que as leis que instituíram as agências reguladoras permitem o emprego da arbitragem no setor público.

Esse destaque foi apreciado juntamente com outro DVS supressivo (981), de autoria do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que retira a revogação de artigo que criaria dificuldades para o funcionamento da Justiça do Trabalho. Votados conjuntamente, 55 senadores foram favoráveis a essas supressões. O senador Mário Calixto (PMDB-RO) pediu que seu voto, único contrário, fosse alterado em ata, por ter votado erradamente.

A segunda votação abrangeu outros oito destaques (982, 986, 987, 989, 990, 992, 994 e 995) e teve 58 votos a favor e um contrário, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que também

pediu alteração em ata. O primeiro, de autoria da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), solicitou a inclusão do Conselho Nacional de Justiça na estrutura do Poder Judiciário, já que, entre suas funções, está a de zelar pela autonomia do Poder.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apresentou dois DVSs (986 e 989) determinando que questionamentos sobre leis locais e atos de governo locais sejam submetidos diretamente à avaliação do Supremo Tribunal Federal (STF), evitando que passem primeiramente pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Já o senador José Agripino (PFL-RN) apresentou DVS (987) para inclusão de artigo determinando que o requerente de recurso especial junto ao STF demonstre a repercussão geral das questões constitucionais discutidas.

Os quatro outros DVSs propõem alterações no artigo 115 da Constituição, que trata da Justiça do Trabalho. Garibaldi pediu para esse ramo da Justiça a competência para julgar “ações que envolvam o direito de greve”, temeroso de que a votação da reforma trabalhista pudesse deixar um “vácuo normativo” (DVS 990). Os demais foram apresentados pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), que defendeu competência para a Justiça do Trabalho processar e julgar, “na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho”, para que as partes possam ajuizar

dissídio coletivo se houver recusa de qualquer uma delas à negociação coletiva ou à arbitragem; e para permitir ao Ministério Público do Trabalho ajuizar dissídio coletivo em caso de greve em atividade essencial.

Lobão é o autor de outro DVS (1.042), que modifica a nomenclatura utilizada no Ministério Público – destaque semelhante a outro apresentado pelo senador Demostenes Torres. Esse destaque mantém os nomes dos procuradores federais, chefiados pelo procurador-geral da República; e também dos promotores de Justiça estaduais, que, no entanto, passam a ser comandados pelo promotor-geral de Justiça (antes chamado procurador-geral de Justiça, o que enseja alguma confusão). Juntamente com esse foi aprovado, pela unanimidade de 57 votos, outro DVS (1.077), de Demostenes Torres, que explicita a competência da Justiça do Trabalho para votar litígios originados do cumprimento de sentenças prolatadas por essa própria Justiça.

Por fim, com 54 votos a favor e uma abstenção, foi aprovado o DVS 1.068, de autoria de Heráclito Fortes. O destaque trata da interpretação de lei federal pelo STJ, por ofício ou por provocação do procurador-geral da República ou do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), se isso for considerado de interesse público.

Mozarildo pede reforma infra-constitucional



Roosevelt Pinheiro

Mozarildo quer mudar Códigos de Processo Penal e Civil

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse que a reforma do Judiciário não resolverá dois dos principais problemas da população pobre: a dificuldade de acesso a um tribunal e a morosidade da Justiça.

Para o senador, a reforma que precisa ser feita é a infra-constitucional, “a dos Códigos de Processo Civil e Penal, que, da forma como estão, ensejam recursos que podem levar uma causa a demorar décadas”.

Mão Santa: é preciso cultivar as virtudes



Roosevelt Pinheiro

Justiça é feita por homens, ressalta Mão Santa

A verdadeira reforma do Judiciário deveria começar pelos homens que a fazem, afirmou Mão Santa (PMDB-PI). Lembrando o jurista, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e imortal da

Academia Brasileira de Letras Evandro Lins e Silva, o senador disse que a Justiça não é feita por prédios, mas pelos homens e que “a reforma começa pelo cultivo das virtudes”.

Defensorias serão expandidas, destaca Tebet

A reforma do Judiciário vai ao encontro dos anseios da população, disse ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Para ele, a reforma vai proporcionar aos mais desprotegidos a oportunidade de obter justiça gratuita por meio das defensorias públicas que serão expandidas.

O senador também observou que, se o poder público usar mais bom senso em relação ao número de recursos que apresenta, haverá bem menos processos atravancando os escaninhos dos tribunais.

Acordo de líderes fixa votação do Orçamento para 23 de dezembro

■ Congressistas terão até terça-feira para propor emendas, limitadas a R\$ 2,5 milhões por parlamentar

Reunidos ontem, os líderes dos partidos políticos com assento na Comissão Mista de Orçamento (CMO) fixaram calendário para a discussão do Orçamento da União para 2005, que termina com a votação da matéria pelo Plenário do Congresso às vésperas do Natal – no dia 23 de dezembro. Os líderes decidiram ainda que vão colocar em votação várias matérias paradas na comissão, a maioria autorizando a abertura de créditos da União em favor de órgãos públicos. A primeira tentativa de votação desses créditos ocorrerá amanhã.

O calendário, apresentado pelo relator-geral do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), estabelece que os deputados e senadores terão até o dia 23 de novembro para apresentar emendas ao projeto orçamentário, desde que o limite de cada parlamentar não passe de R\$ 2,5 milhões – as



Moreira Matiz

RECURSOS Lideranças partidárias na CMO também decidiram votar matérias que autorizam verbas para obras públicas

emendas costumam beneficiar obras previstas para cidades onde os parlamentares tiveram mais votos.

Agenda apertada

No dia 8 de dezembro, os relatores setoriais apresentarão ao Plenário as emendas acolhidas, submetendo sua decisão a voto na Comissão Mista de Orçamento. Os congressistas terão apenas quatro dias para examinar e votar os relatórios

setoriais, um calendário que os próprios parlamentares consideram apertado. Detalhe: o relator-geral também contará com prazo exíguo para reunir os relatórios parciais e propor seu parecer final, no dia 20 de dezembro. Em três dias, tudo estaria votado, inclusive no Plenário do Congresso, permitindo que os parlamentares comesçassem seu recesso de fim de ano.

Ao lado de toda a discussão e votação do Orçamento de 2005, a CMO teria ainda de examinar dezenas de comunicados do Tribunal de Contas da União sobre fiscalização em obras suspeitas de irregularidades e cujas verbas se encontram bloqueadas. Aquelas que tiverem os problemas resolvidos com o tribunal só podem voltar a receber recursos federais se o Congresso autorizar.

Projeto impede que empregado pague por cheque sem fundo

Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), marcada para hoje, poderá ser apreciada uma antiga reivindicação de frentistas de postos de gasolina e outros empregados no comércio: projeto de autoria do então senador Carlos Bezerra que torna nulos acordos e con-

venções trabalhistas nos quais seja permitido desconto dos salários de valores relativos a cheques sem fundos recebidos por empregados (PLS 190/02).

A mudança se dará com o acréscimo de artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Relatado pelo senador

Ney Suassuna (PMDB-PB), o projeto teve sua discussão encerrada em 6 de outubro, mas a votação foi adiada por falta de quórum. A decisão da CAS sobre esse projeto é terminativa.

O colegiado analisa ainda projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que es-

tabelece penalidades para responsáveis por trabalho escravo (PLS 208/03), e proposta do senador José Maranhão (PMDB-PB) que institui exame de proficiência como requisito na inscrição em conselho regional de corretores de imóveis (PLS 81/04).



Moreira Matiz

Começou ontem, na Câmara Galeria, exposição que integra as comemorações ao Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. A exposição, que fica aberta ao público até o próximo dia 26, é uma iniciativa da Diretoria Geral da Câmara dos Deputados.

Comissão deve votar parcerias amanhã



CONSENSO Valdir Raupp lê relatório ao lado de Ramez Tebet (centro) e de João Alberto Souza durante reunião da comissão

■ CAE terá reunião extraordinária para decidir sobre as parcerias; na CCJ, projeto não deverá sofrer grandes mudanças

A Comissão de Assuntos Econômicos deverá votar o projeto de lei que institui as licitações e as regras para os contratos das parcerias público-privadas (PPPs) amanhã, durante reunião extraordinária marcada para as 10h. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Na reunião da comissão, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), fez um apelo para que o projeto seja votado no Plenário esta semana, já que a pauta está destrancada. “Se aproveitarmos a janela de votação que está aberta, antes da chegada das medidas provisórias que estão na Câmara dos Deputados, podemos concluir o exame do projeto, dando uma demonstração de maturidade e competência. Podemos, assim, dar condições para que a

Câmara vote as PPPs ainda este ano”, ressaltou.

O relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), em entrevista à imprensa, admitiu que, assim como houve um pedido de vista na CAE, o mesmo poderá ocorrer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). No entanto, ele esclareceu que toda a discussão na CAE, onde o projeto tramita desde maio deste ano, serviu para costurar um consenso entre as lideranças. Na reunião de ontem, quando Raupp leu seu relatório, os senadores reconheceram que a demora serviu para aperfeiçoar o texto. Aloizio Mercadante enfatizou que o projeto das PPPs é de Estado e não de governo, porque trata de contratos de longa duração (mínimo de cinco e máximo de 35 anos) e pode atravessar várias administrações federais.

CCJ

O sinal de que o projeto não deve sofrer grandes mudanças na CCJ foi transmitido pelo relator da matéria naquela comissão, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Ele disse que a última versão do relatório de

Raupp, a terceira apresentada pelo relator e que expressa o acordo de líderes, conseguiu fazer três tipos de blindagem para reduzir os riscos das PPPs. O primeiro atende à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), inclusive enquadrando a União no limite de comprometimento de 1% da receita corrente líquida para as despesas anuais dos contratos de PPPs vigentes num período de seis anos.

A segunda blindagem, segundo Tourinho, retirou as flexibilidades previstas no texto da Câmara que feriam a Lei de Licitações, evitando o “dirigismo” nas escolhas das propostas. A terceira foi fixar um limite de 70% para a participação de recursos públicos, aumentando para 80% quando houver investimentos dos fundos de pensão das estatais. Apenas a última blindagem, continuou, não foi atendida. Foi exatamente a sugestão de Tourinho para que as propostas passem pela análise da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou entidade semelhante, para verificar se elas realmente se enquadram na modalidade de contrato das PPPs. Tourinho disse que isso ainda pode ser discutido.

Prazo maior para permanência de barcos

As embarcações de passeio trazidas ao Brasil por turistas estrangeiros poderão permanecer no país por até dois anos além do prazo de permanência permitido a seu proprietário. A medida está prevista no Projeto de Lei 230/03, de autoria do se-

nador César Borges (PFL-BA), que foi aprovado ontem em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por unanimidade.

O texto aprovado inclui duas emendas do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-

MA), que estabelecem que o proprietário da embarcação deverá comprovar ter recursos para mantê-la no país pelo período requerido e que os barcos não poderão ser utilizados para fins comerciais e deverão permanecer atracados.

Plenário aumenta teto para emissão de títulos

O Plenário do Senado aprovou ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao pedido do governo para elevar de US\$ 40 bilhões para US\$ 75 bilhões o limite do Programa de Emissão e Colocação de Títulos Públicos Brasileiros no Exterior. Com as recentes emissões para os mer-

cados europeu e norte-americano, o total emitido e colocado soma US\$ 39,2 bilhões.

Na mensagem encaminhada ao Senado, o presidente da República argumenta que a manutenção do atual teto pode impedir a continuidade do programa e sugere a mudança da resolução que restringe ao

resgate da dívida interna a utilização dos recursos captados no exterior. Agora esse dinheiro poderá também ser usado para abater a dívida externa.

O Senado também aprovou permissão para o uso de derivativos financeiros nas operações com títulos representativos da dívida externa.

Ministério do Turismo receberá mais R\$ 80 milhões

O Ministério do Turismo deverá ser contemplado com R\$ 384 milhões no Orçamento da União de 2005. Neste ano, a pasta recebeu R\$ 228 milhões. Esses valores não incluem as emendas individuais apresentadas pelos deputados federais e senadores, que atingiram R\$ 58,8 milhões. As informações foram transmitidas ontem pelo ministro Walfrido Mares Guia, durante audiência pública na Subcomissão Temporária de Turismo.

Segundo ele, a proposta orça-

mentária encaminhada inicialmente ao Congresso reservava apenas R\$ 304 milhões para o Ministério do Turismo. Os R\$ 80 milhões a mais serão alocados na contrapartida que o governo federal se comprometeu a assumir para a execução da segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE).

Walfrido Mares Guia também fez um balanço do seu período à frente do ministério e manifestou

confiança de que as metas do Plano Nacional do Turismo, que abrangem o período de 2003 a 2007, serão cumpridas. A intenção do ministério é que, até 2007, o setor gere 1,2 milhão de novos empregos, o número de turistas estrangeiros chegue a 9 milhões, a atividade amealhe US\$ 8 bilhões em divisas, o número de passageiros desembarcados internamente nos aeroportos atinja 65 milhões e a oferta turística brasileira seja ampliada.

Lei complementar poderá fixar limite de endividamento

O governo poderá aceitar sugestão do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), para editar uma lei complementar que deixe claros os limites e as condições de endividamento admitidos para os estados e os municípios que realizarem contratos de parceria público-privada (PPP). O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), sinalizou com essa possibilidade ao esclarecer que uma lei ordinária, como o projeto de lei das PPPs, não pode fixar o limite de comprometimento da receita corrente líquida (RCL) para esses entes da Federação.

Mercadante informou que ele e o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) conversaram com o governador paulista Geraldo Alckmin para explicar esse dispositivo. Mercadante sugeriu ao senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que coloque no seu relatório os documentos exigidos aos estados e aos municípios e um prazo máximo para que o Tesouro Nacional emita o seu parecer técnico, considerando que os dez dias atualmente previstos configuram um tempo exíguo para que o Tesouro possa se manifestar sobre um projeto com a complexidade das PPPs.



UNANIMIDADE Ministro Mares Guia faz balanço de seu trabalho, elogiado por Leonel Pavan (C), Paulo Octávio e por todos os membros da subcomissão

Fotos: J. Freitas



ESFORÇO Entre os senadores Gerson Camata e Papaléo Paes, Osmar Dias preside reunião da Comissão de Educação

Revalidação de diploma pode obedecer a prazo

■ Reconhecimento, no Brasil, de títulos obtidos em faculdade no exterior poderá ser em quatro meses

Com o objetivo de tornar mais ágil o processo de revalidação dos diplomas de cursos superiores obtidos no exterior, a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo do senador Cristovam Buarque (PT-DF) a projeto da senadora

Serys Slhessarenko (PT-MT) que limita em quatro meses o prazo para que as universidades públicas brasileiras se pronunciem sobre a validade de diplomas de graduação.

O projeto (PLS 498/03), que vai agora para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para ser apreciado pelo Plenário do Senado, também fixa o prazo de seis meses para que os diplomas de pós-graduação obtidos no estrangeiro sejam registrados ou não.

Para Serys Slhessarenko, a

resposta das universidades à solicitação de revalidação de diplomas de nível superior concedidos por instituições estrangeiras "é extremamente lenta" e quando negativa, conforme informou, são omitidas as razões que levaram a tal decisão. Por isso, entende que o projeto, transformado em lei, irá agilizar e dar maior transparência ao processo.

Os senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Fátima Cleide (PT-RO) e Papaléo Paes (PMDB-AP) enaltecem a aprovação da matéria.

Participação da sociedade na gestão das universidades

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) favorável a projeto de José Jorge (PFL-PE) que regulamenta o percentual de representantes da sociedade civil que constituirão órgão deliberativo superior das universidades públicas. Por ser terminativo, o projeto seguirá para exame da Câmara, a não ser que haja pedido para votação no Plenário do Senado.

A proposta (PLS 147/04) modifica dispositivo da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação que regulamenta a participação de membros da sociedade civil naqueles órgãos gestores, mas não define o percentual.

O projeto determina que o colegiado será formado em dois terços por membros da academia e em um terço por representantes da sociedade civil local e regional. Ideli lembra que a gestão democrática deve constituir um dos princípios que norteiam o ensino público do país.

Projeto beneficia aluno carente em faculdade

De autoria do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa, projeto determinando que os certificados do Tesouro Nacional recebidos pelas instituições de ensino superior serão utilizados para pagamento de obrigações previdenciárias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como para quitação de débitos de outros tributos federais, a serem definidos em regulamento.

Os certificados são recebidos em pagamento das mensalidades dos beneficiados pelo Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior

(Fies), executado pela Caixa Econômica Federal.

Para o relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), o projeto (PLS 7/04) vem em boa hora, uma vez que amplia as oportunidades educacionais, "contribuindo efetivamente para se alcançar a meta da Lei 10.172, de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação".

A comissão também acolheu, em turno suplementar, substitutivo de Edison Lobão (PFL-MA) a projeto (PLS 203/03) de João Alberto Souza (PMDB-MA) que autoriza a criação da Universidade Federal de Bacabal (Ufbac), por desmembramento da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Hélio Costa quer esclarecer acordo com os EUA

O presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, senador Hélio Costa (PMDB-MG), anunciou ontem que, na primeira reunião deliberativa do colegiado, em data ainda a ser marcada, vai apresentar requerimento convidando o ministro da Defesa, o vice-presidente da República José Alencar, para falar sobre os termos de um novo acordo de salvaguarda que teria sido assinado entre o Brasil e os Estados Unidos para a utilização da Base de Alcântara,

no estado do Maranhão.

Para Hélio Costa, o futuro acordo deve ser amplamente debatido pelo Congresso antes de ser assinado. Com isso, o senador pretende evitar erros que comprometam os interesses nacionais, como ocorreu com um dos itens do acordo passado, também assinado com os Estados Unidos, que limitou o acesso de autoridades brasileiras a áreas da Base de Alcântara. Ele sugeriu que, na audiência com José Alencar, seja

analisado o relatório final sobre o desastre ocorrido em Alcântara em agosto de 2003.

O senador informou ainda que deverá ser discutido na audiência o estágio em que se encontram as obras da Usina Nuclear de Angra III (RJ). Conforme Hélio Costa, é vital que a sociedade saiba quanto o governo federal já gastou na construção que, observou, "parece até um buraco sem fim em virtude dos recursos direcionados para a obra".



SEGURANÇA Hélio Costa também vai pedir ao ministro da Defesa informações sobre acidente em Alcântara e obras em Angra III

Ministro mostra prioridades a senadores

A Comissão de Educação (CE) realiza audiência pública hoje com o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, que falará sobre o orçamento e as prioridades do ministério e sobre as emendas que considera mais importantes para o setor. A idéia é que a CE apresente emendas para atender a tais prioridades e que

o ministro comprometa-se a trabalhar pela liberação dos recursos após a aprovação das emendas.

A CE aprovou requerimento de informações ao Ministério da Cultura, apresentado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), sobre o volume de recursos, liberados por meio da Lei Rouanet, a partir de 2002, e sobre onde tais

recursos foram aplicados, por estado. O senador quer saber qual o destino dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no ano de 2002 a novembro de 2004, identificados por projetos e seus respectivos responsáveis.

Ele disse que, com o requerimento, pretende obter subsídios para as discussões que a CE iniciará sobre as

alterações que serão propostas pelo governo à Lei Rouanet. O objetivo será o de "dirimir dúvidas suscitadas na mídia e pelo setor teatral quanto à aplicação e ao destino dos recursos".

No próximo dia 25, haverá audiência pública na CE com o ministro da Cultura, Gilberto Gil, que falará sobre a Lei Rouanet.



PARECER Após sabatina, Ronaldo Herbst Dotta (E), ao lado de Augusto Botelho, teve seu nome aprovado ontem na Comissão de Infra-Estrutura

Indicação de diretor da Antaq vai à deliberação do Plenário

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem parecer favorável do senador Paulo Octávio (PFL-DF) à indicação do engenheiro Ronaldo Herbst Dotta para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A mensagem presidencial vai ao Plenário.

Comandada por um diretor-geral e dois diretores, compete à agência regular, supervisionar e fiscalizar os serviços de transporte aquaviário e de exploração da infra-estrutura portuária e aquaviária.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) considerou que Ronaldo Dotta daria importante contribuição ao país

alertando as autoridades da área quanto à subutilização da malha fluvial do país, que tem mais de 40 mil quilômetros.

Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) advertiu para o fato de a legislação que disciplina a navegação aquática não levar em conta o desenvolvimento tecnológico do setor.

João Ribeiro (PFL-TO) desejou ao diretor indicado "mais sorte do que seu antecessor" e lamentou a "insuficiência crônica" de recursos do Ministério dos Transportes para implementar as obras destinadas ao funcionamento das hidrovias nos rios Tocantins e Araguaia, "fundamentais para o desenvolvimento da região".

Sérgio Cabral é presidente da Subcomissão do Idoso

"Respeitar o idoso é respeitar a si mesmo", afirmou ontem o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) durante a instalação da Subcomissão Permanente do Idoso. Cabral foi eleito presidente do colegiado e Leomar Quintanilha (PMDB-TO), vice-presidente.

Na reunião, os senadores apresentaram o Protocolo de Intenções do Programa Cidade Amiga da Terceira Idade, que já tem mais de 200 municípios cadastrados.

Em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc) e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), o principal objetivo do programa é incentivar práticas públicas em benefício dos idosos. As cidades que preencherem os pré-requisitos do programa receberão um Certificado de



DIGNIDADE Sérgio Cabral lembra que "respeitar o idoso é respeitar a si mesmo"

Qualidade de Cidade Amiga da Terceira Idade.

Na próxima semana, a subcomissão vai discutir a realização de audiência pública para tratar do transporte interestadual gratuito aos idosos. Para a audiência deverão ser convidados membros do Ministério Público da União, da Agência Nacional de Transportes Terrestres e representantes das empresas de transporte interestadual.

Também participaram da reunião os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Sibá Machado (PT-AC) e Aelton Freitas (PL-MG).

Lúcia Vânia aponta agressão a criança em todo o mundo

■ Senadora afirma que prática da violência nos diversos países atinge 50 milhões de menores

Depois de ter participado no mês passado, em Roma, da Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares pelos Direitos das Crianças e Adolescentes, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou, em discurso, que cerca de 50 milhões de crianças em todo o mundo sejam vítimas das mais variadas formas de violência, que vão de tráfico de seres humanos a trabalho infantil ou exploração sexual.

Além de Lúcia Vânia, representaram o Congresso brasileiro no encontro a senadora



SOLUÇÃO Lúcia Vânia destacou, em conferência internacional, programa contra uso da mão-de-obra infantil

Patrícia Saboya (PPS-CE) e a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP).

No encontro em Roma, Lúcia Vânia ressaltou a eficácia da iniciativa adotada pelo governo brasileiro, em 1996, com a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho

Infantil (Peti). Ela disse ainda que o trabalho apresentado por Patrícia Saboya, presidente da CPI mista que investigou a exploração sexual de crianças, rendeu ao Brasil e ao Congresso Nacional uma vaga na organização da próxima conferência mundial.

Lúcia Vânia observou que, nos países ricos, as crianças costumam ser vítimas de exploração sexual e trabalho infantil.

Ela afirmou que, nas nações africanas, além da violência aos menores, não há cobertura de vacina e as crianças ainda são vítimas da epidemia de Aids. Nos países árabes, assinalou, as crianças e adolescentes são vítimas de conflitos armados, e, em algumas dessas nações, se permite a mutilação sexual das meninas.

ACM critica indenização a quem não foi perseguido

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou ontem, em discurso no Plenário do Senado, contra o pagamento de indenizações do governo a pessoas que não sofreram nenhuma represália no regime militar. Baseado em matéria de *O Estado de S. Paulo* do último domingo, ele disse que Fernando T. S. Sampaio, um dos que receberam indenização de cerca de R\$ 1 milhão, mais pensão mensal, foi seu secretário na prefeitura de Salvador, de 1971 a 1975,

"em pleno regime militar".

Por sugestão de Eduardo Suplicy (PT-SP), ACM vai enviar pedido de informações ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que o Senado tome uma posição.

O senador baiano afirmou que não é justo que pessoas recebam indenizações indevidas. Acrescentou que os verdadeiros perseguidos são as viúvas de Vladimir Herzog, Manuel Fiel Filho e Rubens Paiva, que enfrentam a burocracia para "receber uma ninharia", enquanto



TESTEMUNHO Antonio Carlos diz que beneficiado foi seu secretário em Salvador, durante regime militar

pessoas abastadas recebem o benefício sem merecer. Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) apoiou o orador. Papaléo Paes (PMDB-AP), na direção dos trabalhos da sessão, se associou ao pronunciamento.

Suassuna envia dados à CPI do Banestado

Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou ontem o envio à CPI do Banestado de toda a documentação relativa à movimentação de duas contas correntes no exterior, nos bancos Delta e Safra. Notícias veiculadas pelo jornal *Correio Braziliense* qualificaram as movimentações como irregulares. Ele disse que os documentos cobrem todos os dias de funcionamento das contas, que não são pessoais, mas estão em nome de uma de suas empresas, o Colégio Anglo-Americano.

– A empresa tem R\$ 110 milhões de ativos e tudo está registrado no Imposto de Renda



INVESTIGAÇÃO Ney Suassuna vai pedir ao Conselho de Ética apuração de vazamento de informações

e foi fiscalizado. Não ficará um dia sequer descoberto. Inclusive nenhum recurso foi enviado, pelo contrário, vieram recursos de lá para cá – informou.

Suassuna afirmou que o epi-

sódio – vazamento de informações protegidas por sigilo – enfraquece o instituto das comissões parlamentares de inquérito. "Vou passar tudo também para o Conselho de Ética. E farei tudo com tranqüilidade. Quero que seja aberta sindicância para apurar o vazamento que desmoraliza a CPI. As acusações infundadas precisam ser punidas."

Suassuna também comemorou o anúncio da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre a abertura de licitação para a prospecção de petróleo na Bacia do Peixe, na região de Souza (PB).



ERRO Irregularidades encontradas não configuram contratação de trabalho escravo, diz Jonas Pinheiro

Para Jonas, agricultores são acusados injustamente

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) assumiu a defesa de produtores rurais que estariam sendo injustamente acusados por fiscais do Ministério do Trabalho de contratar empregados em regime escravo. Uma vez autuados pela prática, o parlamentar disse que os empresários passam a constar da "lista restritiva de empregadores rurais" e, assim, ficam impedidos de contrair crédito em instituições financeiras públicas.

– É necessário que se tome a devida cautela, a fim de não se deixar levar pelo sensacionalismo e ir considerando trabalho escravo qualquer descumprimento de dispositivos da legislação trabalhista – advertiu.

O senador afirmou que a fiscalização do ministério constatou, ao inspecionar propriedades rurais, inclusive em seu estado, "situações inadequadas e certas irregularidades". Mas ressaltou que os problemas não podem ser considerados análogos ao trabalho escravo, caracterizando apenas descumprimento de leis trabalhistas.

Jonas Pinheiro reconheceu o caráter polêmico do assunto e fez questão de deixar claro que não fazia a defesa dos produtores rurais que realmente fazem uso do trabalho escravo.

Virgílio quer investigar institutos de pesquisa

■ Senador propõe CPI motivado por afirmação do presidente do Vox Populi sobre vitória de Lula em 2006

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou que vai propor a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os institutos de pesquisa, desde sua contabilidade e métodos de operação até suas ligações com partidos políticos e com o governo.

Ele explicou que sua proposta reflete a estranheza diante das declarações do presidente do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, sobre a inevitabilidade da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2006, "não importa o que faça na Presidência". Para Arthur Virgílio, uma afirmação dessa natureza, tanto tempo antes do processo eleitoral, re-



PROGNÓSTICOS "Quero saber de onde Marcos Coimbra tira tanta certeza", questiona Arthur Virgílio

presenta uma temeridade.

– Afirmar que o resultado, adverso ao PT, nas urnas de São Paulo, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, não terá o peso que muitos acreditam, me parece vontade demais de mostrar serviço ao governo – comentou.

Virgílio disse estar preocupado com as afirmações de Marcos Coimbra, por considerá-lo um sociólogo de boa formação intelectual. O senador vê mui-

tos fatos negativos no governo Lula e estranha que o Vox Populi tenha certeza de que Lula seja imbatível em 2006. Como fatos negativos, Virgílio citou vaias ao presidente em diferentes regiões e as disputas entre o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, e os ministros Antonio Palocci (Fazenda) e Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento e Comércio Exterior).

Virgílio afirmou que, segundo Coimbra, um político somente disputará contra Lula em 2006 se for obrigado, uma vez que será derrotado. Em entrevista à revista *Época*, o sociólogo garante que o governador paulista, Geraldo Alckmin, será derrotado tanto se disputar a Presidência quanto se concorrer ao Senado contra Eduardo Suplicy (PT-SP).

– Quero saber de onde ele tira tanta certeza. Talvez com a CPI possamos descobrir mais sobre tantos prognósticos políticos cabais – concluiu.



REALIZAÇÕES Fátima Cleide afirma que governo liberou R\$ 270 milhões a estados e municípios, em 2004

Fátima Cleide rebate críticas do ex-ministro Paulo Renato

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) rebateu críticas do ex-ministro Paulo Renato Souza aos rumos do atual governo na área da Educação, em entrevista que concedeu ao jornal *O Globo*. Paulo Renato disse que o governo Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Educação, Tarso Genro, "perderam o foco", referindo-se aos programas iniciados no governo Fernando Henrique.

Fátima contestou as críticas ressaltando que os programas citados pelo ex-ministro carecem de recursos para sua continuidade, e garantiu que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) irá liberar verbas para várias dessas iniciativas.

– O ex-ministro não dispõe de dados para criticar o governo – protestou.

Segundo dados apresentados em Plenário sobre a liberação de recursos da Educação para estados e municípios, o programa Brasil Alfabetizado receberá R\$ 46,3 milhões, enquanto o programa Dinheiro Direto na Escola deverá ter um aporte de R\$ 57,2 milhões.

A senadora finalizou lembrando que, do início de outubro até hoje, o governo já liberou para estados e municípios cerca de R\$ 270 milhões.

Paim agradece prêmio concedido pela Afrobrás

O senador Paulo Paim (PT-RS) agradeceu a eleição de seu nome como destaque na categoria Carreira Política do troféu Raça Negra, concedido pela Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural (Afrobrás), no último dia 12. O prêmio foi criado para homenagear personalidades e autoridades que contribuíram para o respeito ao negro.

– Cresce de importância ao constatarmos que os negros são mais de 50% da população brasileira, o que faz do Brasil o maior país negro do mundo,

depois da Nigéria – afirmou.

Após ter sido escolhido em votação por jornalistas de todo o país, Paim teve seu nome confirmado em lista submetida a voto na Internet e por meio de cupons. Para ele, a vitória mostra que não só a imprensa, mas também o povo reconhece sua luta pela redução das desigualdades raciais. O parlamentar é autor do Estatuto da Igualdade Racial, pronto para ser votado no Senado.

– O troféu aumenta a minha responsabilidade pelo fato de ter concorrido com personali-



RECONHECIMENTO Paim recebeu a homenagem por sua luta pela redução das desigualdades raciais

dades como as ministras Marina Silva, do Meio Ambiente, e Matilde Ribeiro, da Secretaria da Igualdade Racial, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, e a ex-ministra Benedita da Silva – ressaltou Paim.

Calixto propõe reverter créditos de telefone para o Fome Zero

Preocupado com a necessidade de diminuir as desigualdades sociais e econômicas no país, o senador Mário Calixto (PMDB-RO) – foto – anunciou que apresentará projeto destinando ao programa Fome Zero o valor referente aos saldos de créditos não utilizados pelos usuários de telefones fixos e celulares, co-

nhecidos como assinatura básica e créditos de celulares pré-pagos, que têm prazo de validade.

O senador argumentou que não haverá perdas para o público, uma vez que esses valores já vêm sendo regularmente cobrados, estando já absorvidos pelos usuários das operadoras. Também não haverá perdas

para as operadoras, uma vez que os serviços não são efetivamente prestados, ficando mantidas as garantias de sustentabilidade econômica de negócio, representadas nas regras constantes da legislação específica e dos contratos de concessão de serviços públicos, conforme explicou.

Calixto citou matéria do jornal *O*

Globo sobre pesquisa com investidores internacionais. Na pesquisa, o Brasil passou do 9º lugar, em 2003, para o 17º, neste ano, no ranking dos países preferidos para investimento. O senador observou que, mesmo com o crescimento da economia, o país continua menos interessante por ser "tremendamente desigual".